



URUBICI PREFEITURA

DECRETO Nº 3442/2023

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Chuvas intensas – enxurradas COBRADE 1.2.2.0.0 e vendaval COBRADE 1.3.2.1.5, conforme IN/MI 36/2020.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE URUBICI**, Estado da Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a ocorrência de chuvas intensas que atingiram todo o território do município, com deslizamentos de terras ocasionando interdição parcial de estradas municipais, abertura de valas em estradas, danos permanentes na agricultura, fruticultura, em pontes, bueiros e danos em estabelecimentos agropecuários;

CONSIDERANDO que, em relação aos danos humanos, provavelmente, mais de 50% da população do município foi afetada direta e indiretamente;

CONSIDERANDO que o vendaval ocorrido em todo o território do Município destelhou casas, galpões e prédios públicos;

CONSIDERANDO que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre, é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude dos desastres classificados e codificados como Enxurradas COBRADE 1.2.2.0.0, e Vendaval COBRADE 1.3.2.1.5, conforme IN/MI 36/2020.

Art. 2º Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais, para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Fica autorizada a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.



URUBICI PREFEITURA

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

- I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

Urubici - SC, 13 de julho de 2023.


MARIZA COSTA
Prefeita Municipal